

Arquivo e Escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação

Extension activities with the potential for approximating archives and schools

Priscila Ribeiro Gomes

Bacharel em Arquivologia e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Especialista em planejamento, implementação e gestão em Educação à Distância pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professora adjunta do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

pri.unirio@yahoo.com.br

Magno Vinicius da Silva Monteiro

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

magno.arquivista@gmail.com

RESUMO: Fruto de um projeto de extensão, o presente artigo pretende apresentar algumas das possibilidades e dos benefícios do uso da educação patrimonial na aproximação arquivo-escola, seja para os arquivos, na sua atividade de difusão, seja para as escolas, na melhoria dos processos de aprendizagem, ou, ainda, para a sociedade, pela busca de cidadãos capacitados intelectualmente, com conhecimento de causa, para lutarem por seus direitos e saberem cumprir seus deveres. Usou-se como campo de pesquisa o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ, em especial o Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB), nele situado. Procura-se, ainda, demonstrar a importância do patrimônio, sobretudo o documental, e da memória na manutenção da identidade da sociedade, mostrando os arquivos escolares como parte integrante dos mantenedores deste patrimônio. Também, tendo como exemplo o trabalho do CMEB, ilustrar a aplicabilidade da parceria arquivo-escola, com o resgate da história de uma instituição da envergadura do ISERJ.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; patrimônio; memória; cidadania.

ABSTRACT: *This article, resulting from an extension project, describes both the use of heritage education in bringing archives and schools closer and some of the opportunities and benefits, for the archives in their information diffusion activities, for schools in improving learning processes and also for society as a whole in the endeavour to produce citizens who are informed and intellectually capacitated to assert their rights and fulfil their duties. The field of study was the Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), especially its Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB). Also intended to demonstrate the importance of – particularly documentary – heritage and memory in maintaining identity in society, it reveals school archives to be an integral part of the underpinning of that heritage. It takes the work of the CMEB as its example and as an illustration that archive-school partnering is applicable to retrieving the history of an institution as important as the ISERJ.*

Keywords: *Heritage Education; Heritage; Memory; Citizenship.*

Introdução

Este trabalho é fruto de discussões surgidas no grupo de estudos Arquivo, Escola e Educação Patrimonial (AEEP), inserido na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que busca, por meio de ações extensionistas, analisar o uso dos Arquivos, como patrimônio cultural, nos processos educacionais, dentro e fora da sala de aula, bem como identificar a contribuição do tema para os processos de ensino e aprendizagem.

As discussões realizadas nos encontros do grupo nos permitem entender um pouco mais as causas do distanciamento dos arquivos em relação às escolas, pois, no que tange aos museus e às bibliotecas, há um encurtamento dessa distância; já no que concerne à frequência de alunos e professores recorrendo aos arquivos como instrumento de aprendizado, parece haver uma lacuna espacial. A falta de visibilidade dos arquivos para a sociedade é registrada em algumas publicações da área arquivística, como, por exemplo, apontado por Bellotto:

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e seu desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa (2006, p. 227).

Diante do exposto acima, surgem as questões: quais os motivos que levam a esse distanciamento? Teriam professores e arquivistas a real dimensão do potencial educacional dos arquivos? Pais e alunos reconhecem os arquivos como fonte de saber e cultura, ferramenta de apoio para o desenvolvimento sociocultural? De que maneira escolas e arquivos poderiam se unir para ajudar na formação de cidadãos?

As instituições arquivísticas públicas, e mesmo as próprias escolas públicas existentes na cidade do Rio de Janeiro, particularmente as escolas centenárias, possuem em seus acervos uma vasta documentação, de valor permanente e caráter histórico, mas parecem ainda muito distantes de cumprir uma de suas funções, a difusão de seu acervo. Mantenedoras de documentos que podem ajudar a entender o passado histórico da cidade, do estado e mesmo do país, pouco são consultadas por alunos e professores em suas demandas de pesquisa.

Assim, face ao exposto, este trabalho buscou identificar alguns aspectos presentes nas escolas e nas instituições arquivísticas que parecem contribuir para a manutenção desse quadro, bem como possíveis alternativas para uma mudança em que escola e arquivo se aproximem, contribuindo para a formação de indivíduos conscientes de sua história, seus direitos e seus deveres, auxiliares na manutenção do patrimônio histórico-cultural do país, tendo a informação como principal arma para essa mudança.

Dessa forma, buscamos refletir acerca dos possíveis benefícios advindos da aproximação escola-arquivo, no uso da educação patrimonial como instrumento para a formação de indivíduos mais conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de fazer questionamentos e reivindicações, sabendo o que é ser um cidadão, e capazes também de ajudar a criar um país mais justo.

Visando a apontar possíveis causas para o distanciamento dos arquivos em relação aos processos de aprendizagem, identificamos algumas possibilidades de utilização dos arquivos, por alunos e professores, para uma melhoria do processo de aprendizagem, alertando para a importância da utilização da educação patrimonial para a formação de cidadãos capazes de reivindicar e exercer sua cidadania.

Foi delimitado como campo de estudo voltado para as ações extensionistas o Instituto Superior de Ensino do Rio de Janeiro (ISERJ), instituição de ensino centenária, mas que ainda necessita de muito trabalho para conseguir tornar acessível, por meio de seu patrimônio documental, a riqueza de sua memória.

Acreditamos que a grande variedade do acervo localizado no Centro de Memória, tendo em vista a longa existência do ISERJ (mais de 130 anos), poderá demonstrar o ponto que aqui procuramos revelar quanto à importância do arquivo escolar para a construção de um saber, não só acadêmico, mas também patrimonial, visando à viabilização do aumento do acesso aos acervos escolares sob a guarda da instituição, apontando-o como mais um caminho de aprendizado.

Esperamos com este trabalho estabelecer redes de diálogo, buscando (re)pensar o lugar da(s) memória(s) no contexto da produção dos saberes escolares, entendendo-a a partir de seus entrelaçamentos com a(s) cultura(s), sendo, portanto, parte constituinte do sujeito.

Nesse sentido, o arquivo aparece como mais uma ferramenta capaz de ampliar nossa reflexão acerca do que entendemos como educação patrimonial, que se dá por meio dos documentos, dos registros históricos que os constituem. Sabemos também que outros vieses atravessam a temática dos arquivos, como, por exemplo, a questão da política e do poder, mas procuramos, neste trabalho, outras possibilidades para se pensar o instituído, numa relação dialética, buscando mostrar o instituído por meio de um movimento de ressignificação, num exercício de rever que este não é linear, e que é possível puxar outros fios para se estabelecer um diálogo, que, neste caso, nos permita entender a contribuição deste nas práticas cotidianas na/da escola.

Na busca de relatos que pudessem complementar os dados encontrados na bibliografia coletada, este estudo se baseou em uma pesquisa de campo, procurando, por meio de conversas informais e observações livres, depoimentos de pessoas envolvidas em atividades educacionais nas quais esteja inserido o uso da educação patrimonial, bem como as razões do não uso desta em outros casos, além da análise de material bibliográfico e do próprio acervo encontrado no ISERJ.

Uma pesquisa puramente quantitativa nos pareceu inadequada, pois, observando Minayo e Sanches (1993), entendemos que esse tipo de pesquisa aponta para dados que merecem atenção por se mostrarem de maneira destacada, e deve ser utilizada para obter dados referentes a grandes grupos, onde seria praticamente impossível obtê-los individualmente; porém, pela quantificação desses dados, é possível fazer uma leitura, observando semelhanças e diferenças.

No entanto, uma pesquisa puramente qualitativa parece não contemplar todas as possibilidades de dados a serem abordados, pois, segundo Minayo (1994, p.22), a pesquisa qualitativa surge diante da impossibilidade de investigar e compreender, por meio de dados estatísticos, alguns fenômenos voltados para a percepção, a intuição e a subjetividade.

Portanto, utilizamos a abordagem quanti-qualitativa, buscando unir as características de ambos os métodos, que não se excluem; pelo contrário, se complementam, conforme Polit e Hungler (1995, p. 277), pois permitem a complementação entre palavras e números, as duas linguagens fundamentais da comunicação humana.

Os arquivos

Segundo a Associação de Arquivistas Brasileiros, “Arquivo é o conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”.

A seguir, serão abordadas as funções dos arquivos em seus dois aspectos, o referente à própria instituição da qual o arquivo faz parte, colaborando com a gestão documental da instituição, facilitando o desenrolar das suas atividades (da mesma-cortar), e, no aspecto social, como local de preservação da memória, de guarda dos registros que possibilitam a compreensão de fatos ocorridos em determinada época, demonstrando a importância da instituição produtora destes registros para a sociedade.

Por não ser o foco principal desta pesquisa, a função institucional dos arquivos será abordada superficialmente, fato que não indica menor importância ou menor valor atribuídos a esta; pelo contrário, são funções complementares, que os arquivos precisam desempenhar de modo adequado para terem êxito em sua missão.

Institucionalmente, os arquivos devem atuar perante a alta administração, de início como setor de guarda da documentação; porém, esta função só será cumprida integralmente com a implantação da Gestão de Documentos, que, de acordo com o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, do Conselho Internacional de Arquivos, “diz respeito a uma área da administração geral relacionada com a busca de economia e eficácia na produção, manutenção, uso e destinação final dos mesmos”.

Se a função institucional dos arquivos for desempenhada com sucesso, sua função social estará facilitada, pois os registros institucionais estarão preservados e acessíveis, como veremos a seguir.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 5º, garante a todo cidadão brasileiro:

o direito ao acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, bem como o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

E ainda define o patrimônio cultural brasileiro como:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo as criações científicas, artísticas, tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em sua Resolução nº 17, datada de 25 de julho de 2003, traduz a função social dos arquivos “na difusão de informações para o pleno exercício da cidadania e da pesquisa científica”.

Podemos verificar o valor dos arquivos na preservação do patrimônio e, conseqüentemente, da memória, importantíssimos para o desenvolvimento social, como alerta a tradução para o português acordada entre o Arquivo Nacional (Brasil) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal) da Declaração Universal sobre os Arquivos, do Conselho Internacional de Arquivos:

Arquivos registram decisões, ações e memórias. **Arquivos são um patrimônio único e insubstituível transmitido de uma geração a outra.** Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. **Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuírem para a constituição e a salvaguarda da memória individual e coletiva.** O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida (2010, grifo nosso).

Considerando o acima exposto, evidencia-se que a informação é um direito do cidadão, necessária para a busca por seus direitos e para a compreensão de seus deveres. Sendo os arquivos, bem como as bibliotecas, os museus, centros de documentação, entre outros, os responsáveis pela organização, guarda e acesso às informações, parece evidente a importância dos arquivos para a sociedade, para a consolidação de um Estado democrático de direito.

O aprendizado que pode ser obtido com o trabalho em documentos arquivísticos é grande, seja ele voltado para saberes linguísticos, históricos ou de cidadania, pois neles estão refletidas as práticas administrativas de uma instituição ou de um governo, e envolvem direitos e deveres de ambas as partes.

Falta à sociedade a compreensão do uso dos arquivos na formação do conhecimento; mas bibliotecas e museus são amplamente utilizados como fontes de pesquisa e aprendizado.

Desde pequenos ouvimos falar em bibliotecas e museus, principalmente nas escolas, onde recebemos parte de nossa formação como cidadãos, mas e os arquivos? Uma das atividades dos arquivos, a difusão, parece carecer de maior aprofundamento, podendo ser abordada de diversas formas. Para Mogarro (2006), a “difusão educativa nos arquivos permanentes compreende-se pelo reconhecimento da importância que os seus acervos têm, pelo poder da visibilidade que eles conferem aos acontecimentos do passado e aos fenômenos sociais”.

Entre tantas atividades de cunho cultural, os arquivos históricos podem oferecer à população: publicações, tanto de livros como de revistas e boletins, relativas à história regional, organização de eventos comemorativos, programas de rádio e televisão em torno de documentos importantes, aprimoramentos de circuitos turísticos nos sítios históricos, espetáculos de teatro e música em torno de temas de história local e exposições temáticas e bem planejadas de seus documentos em efemérides ou comemorações (BELLOTTO, 2002, p. 17).

A inserção dos arquivos nos assuntos cotidianos parece ser um caminho interessante. A aproximação entre os arquivos e a sociedade é fundamental para essa compreensão, mas como fazer essa aproximação? Nossos estudos têm apontado como possibilidade a educação patrimonial como uma ferramenta muito útil nessa tentativa de aproximação.

A educação patrimonial

Considerando a definição de Educação Patrimonial de Horta, Grünberg e Monteiro (1999), que é adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), segundo a qual a educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, parece-me necessária, se não imprescindível, a aproximação escola-arquivo. Manter distantes duas instituições tão ricas como fontes de conhecimento, que podem ajudar de modo decisivo na formação de indivíduos capazes de exercer e reivindicar suas cidadanias, em nada contribuirá para o futuro.

Para Fratini (2009), criar mecanismos que viabilizem, e estreitem de fato, a relação entre patrimônio e sociedade é o papel da educação patrimonial, e talvez seja esse o grande desafio para arquivistas e educadores.

Sendo os arquivos fontes privilegiadas de saber, podem, por suas características, contribuir muito para o desenvolvimento da educação, que é um dos pilares para o desenvolvimento de um país e para a democratização da cultura, pois serão fontes de pesquisa no futuro, já que suas informações auxiliarão no entendimento sobre a memória da sociedade em um determinado período.

A literatura encontrada que trata do uso dos arquivos nos processos educacionais ainda se mostra bastante tímida, tendo em vista as possibilidades de utilização dos arquivos nesses processos, tanto no que diz respeito à necessidade de preservação dos arquivos escolares, que

são fundamentais para a melhoria dos currículos escolares e das metodologias utilizadas nas práticas de ensino, quanto atuando como fontes externas às escolas, às quais professores e alunos possam recorrer para atender às suas demandas. As instituições de ensino precisam envidar esforços para essa preservação, que viabilizará a possibilidade de acesso futuro a essas informações, contribuindo para o exercício da cidadania.

É importante ressaltar que essa preocupação tardia no tocante à importância dos arquivos como patrimônio se diferencia da realidade de outros países, principalmente os europeus. O Brasil despertou um pouco tarde para a percepção do Arquivo como patrimônio. Podemos ratificar o que foi dito se tomarmos como base a Constituição de 1946, como texto legal que apresenta o arquivo como patrimônio histórico. Como ressaltam Costa e Fraiz:

O texto constitucional de 46 foi o primeiro a considerar a documentação de valor histórico como um bem a ser protegido pelo poder público. Até então, pela Constituição de 37, o patrimônio histórico era constituído apenas de “monumentos históricos e naturais, assim como as paisagens e os locais particularmente dotados pela natureza” (1989, p. 69).

Assim, fomentar a produção desse tipo de literatura parece importante. Vários segmentos da sociedade podem ser beneficiados com a preservação dos arquivos escolares, com a maior interação de pesquisadores com esses arquivos e com a participação de instituições arquivísticas em atividades que incluam a educação patrimonial na difusão de seus acervos. Sociabilizar os arquivos, mostrar à sociedade a importância da preservação do patrimônio como um todo, com ênfase nos arquivos, onde estão inseridos os documentos, registros da história, tornando-se, portanto, um instrumento utilizado na recuperação da memória, que é fundamental para a formação da identidade social.

A aproximação de instituições de ensino e instituições arquivísticas pode representar um passo importantíssimo para a formação de cidadãos, escolas com sistemas de ensino melhores e instituições arquivísticas mais próximas da sociedade.

É preciso alertar para a importância dos arquivos como patrimônio e, portanto, para a necessidade de sua preservação, conforme Bellotto:

Ademais, o documento arquivístico de valor permanente é um bem cultural móvel e componente do patrimônio documental nacional. Como tal, tem direitos devidamente assegurados à sua integridade física e, assim como a outra modalidade de bens culturais móveis, recebe o amparo legal quanto a seu domicílio, guarda e proteção (2006, p.170).

Os arquivos, escolares ou não, podem e devem ser utilizados como instrumentos pedagógicos; professores e alunos devem recorrer a eles para a formulação de um processo de aprendizado mais dinâmico, rompendo a ideia de arquivos como locais de perpetuação do poder, observando-os como locais privilegiados de recursos informacionais, que possibilitam a produção de novos conhecimentos, enxergá-los por um novo prisma. Gomes (2010) busca redimensionar o arquivo como espaço de memória voltado para práticas educativas,

e para isso recorre à Martins (2008, p.8), que vislumbra os arquivos como um lugar onde a vinculação entre memória e educação parece ser algo comum, devido à capacidade intrínseca da memória como atributo cognitivo e a importância dela para a educabilidade do sujeito.

Utilizar o documento histórico como instrumento didático é recriar a experiência ligada à narrativa escrita, é uma contextualização dos documentos por meio de informações históricas sobre a sua produção. As diferentes assimilações (usos) dos documentos auxiliam a compreensão dos sentidos do passado recriados no presente. Enquanto a aula explica, o documento revitaliza a explicação por intermédio do encanto que promove. Constrói-se, desse modo, uma relação com o passado para além daquela que o condena a algo imutável e distante (FREIRE, 2008, p.44).

A aproximação escola-arquivo pode ter um papel fundamental na recuperação da identidade, da valorização dos bens culturais, pois o indivíduo que traz, desde a sua infância, a preocupação com os bens culturais de sua cidade, seu estado, seu país, parece ser um indivíduo mais consciente de seu passado e, portanto, mais capacitado a contribuir para a formação de um futuro melhor.

Os arquivos escolares

Foco principal desta pesquisa, as escolas também são instituições produtoras e mantenedoras de arquivos, nem sempre no sentido físico da palavra arquivo, como setor existente dentro da instituição, mas, sim, no sentido amplo, como o conjunto de documentos acumulados ao longo das atividades.

Os arquivos escolares fazem parte do patrimônio cultural; neles ficam os registros do cotidiano burocrático das escolas, conforme a produção documental estabelecida pela legislação, mas não somente esses registros podem ser encontrados; também outros tipos de documentos, como fotos, periódicos escolares, notícias sobre a instituição. Esses documentos são únicos dentro de cada instituição e refletem a produção do material cultural escolar, e podem, inclusive, ajudar a explicar a existência histórica da instituição, as relações entre as pessoas que a frequentaram, e dela própria com sua região.

[...] integrado à vida da escola, o arquivo pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou frequentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (VIDAL, 2005, p.24).

Os documentos oficiais podem ser produzidos com maior ou menor nível de consciência ou intencionalidade, registrando e constituindo a cultura material escolar de cada instituição, a qual, segundo Gonçalves (2008, *apud* MENEZES, 2005, p.4) “modela e é modelada pela cultura social”, testemunhando a vida institucional, a cultura e a memória, com todas as suas especificidades.

O arquivo escolar também tem a finalidade de servir à administração da escola para a qual ele foi criado. Com o objetivo de compreender melhor essa finalidade, Bonato afirma que:

O arquivo de uma escola tem por finalidade armazenar a documentação de interesse da escola que venha auxiliar a administração e o ensino, assim como permitir o levantamento de dados para pesquisa educacional e histórica da instituição e da comunidade na qual ela está inserida. [...]. Esse tipo de acervo arquivístico representa um patrimônio documental, que integra a memória da instituição escolar que o gera e é parte da memória educacional brasileira (2000, p.45).

Os arquivos escolares são fundamentais para a preservação da memória das escolas; são capazes de revelar registros de fatos que não serão encontrados em nenhum outro lugar. Os acervos escolares são fruto das atividades administrativas, pedagógicas ou quaisquer outras ocorridas dentro das escolas que tenham sido avaliadas como dignas de registro.

As informações constantes nos arquivos são de grande valia na formação de cidadãos, e o acesso a essas informações é direito de todos. A aproximação arquivo-escola é fundamental para que o indivíduo tenha o hábito de buscar nos arquivos as informações de que necessita. Cabe aos profissionais de arquivo e ao poder público a difusão dos acervos, tornando-os disponíveis e acessíveis, e cabe aos profissionais de educação se capacitarem para o uso desse tipo de recurso pedagógico.

O fato de o documento de arquivo apresentar essas características – ser prova ou evidência de uma ação e ser em grande parte escrito, pelo menos no que diz respeito a documentos de arquivos da administração pública – torna a sua exploração ainda mais interessante para atividades de ação educativa. É grande o aprendizado que se pode obter a partir de um trabalho com documentos de arquivo escritos, em termos de construção de saberes linguísticos, históricos e de cidadania, já que os documentos refletem a administração pública de uma cidade, estado ou país, e envolvem questões de direitos e deveres entre governo e cidadãos (FRATINI, 2009, p.6)

Para Medeiros (2003, p.6), “[...] a documentação escolar também possui valor histórico-cultural; tais documentos são fontes para a história da educação, manifestação ou representação da memória”. Isso demonstra a necessidade, por parte da administração, de gerar recursos para a preservação dessa memória. Infelizmente, não é isso que acontece na prática, como aponta Bonato.

A falta de recursos financeiros e materiais, e de mão de obra especializada para o trato da documentação, provocando o manuseio inadequado, vem aliar-se aos fatores relacionados. Fica evidente que a forma de preservação e conservação da documentação por parte das escolas pode constituir-se uma barreira no processo de pesquisar em seus arquivos (2005, p.210).

O arquivo escolar é especial por ter um papel de grande relevância nas instituições, uma vez que possibilitará a guarda do conhecimento desenvolvido no trabalho intelectual, bem como a preservação histórica do ensino. O desinteresse pela preservação de acervos escolares

e a falta do entendimento de seu uso como fonte para a pesquisa são uma preocupação para vários educadores, como Lüdke e André (1986, p.40), asseverando que “[...] geralmente as escolas não se preocupam em salvaguardar seus registros documentais”.

Ao negligenciarem a responsabilidade pela guarda dos registros de suas atividades, das experiências feitas e dos resultados obtidos, as administrações escolares podem causar uma grande lacuna na história da educação do país, cenário no qual se encontra inserido o cidadão comum, que procura a sua identidade como parte dessa sociedade e que muitas vezes não pode encontrá-la devido à falta do cumprimento da legislação.

No Brasil, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu artigo 1, capítulo I, declara que:

Art. 1º É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico, e como elementos de prova e informação.

No caso dos arquivos escolares, por força do parecer nº 16 do Conselho Nacional de Educação, de 4 de novembro de 1997, homologado em 21 de novembro do mesmo ano, favorável à Indicação nº 2, datada de 31 de janeiro de 1997, que trata das normas para a simplificação dos registros e do arquivamento de documentos escolares, e que, em seu artigo 4º, atribui responsabilidade pela custódia e pelo trato da documentação escolar declarando que:

Sob a supervisão do Diretor, a pessoa responsável pelo manuseio e pela reprodução dos documentos arquivados será o Secretário da Unidade Escolar, pessoalmente ou por pessoa habilitada, por ele autorizada (1997, p.2).

No viés da educação patrimonial, podemos considerar como documentos que devem compor os arquivos escolares – instrumentos pelos quais será formada a memória das instituições e das comunidades onde se inserem – os relatórios, livros de atas de reuniões, históricos escolares, boletins, quadros, mobiliário, quadros didáticos, lousas, globos, uniformes, cadernos, produções de alunos e professores, manuais escolares, materiais iconográficos e sonoros, traços arquitetônicos, entre tantos outros. Assim, para Le Goff:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo, e ao historiador, usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (1996, p. 545).

Um dos principais fatores a serem considerados em relação à preservação dos documentos para a manutenção da memória é a possibilidade da pesquisa na história da educação. Para Vidal e Faria Filho (2005), há um crescente fortalecimento e uma ampliação do volume de trabalhos que se ocupam das *culturas escolares*. Esses estudos têm permitido

desnaturalizar a instituição escolar, historicizando a própria instituição escolar na medida em que se aborda de forma articulada os tempos, espaços, sujeitos, materiais

e conhecimentos envolvidos naquilo que alguns têm chamado de processo de escolarização da sociedade (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 118).

Nesse processo, profissionais da educação, de documentação e historiadores deverão trabalhar em conjunto. Os arquivos escolares são formados por um acervo rico, diverso e complexo; o patrimônio escolar faz parte da história das comunidades onde se situam as instituições. A preservação da memória da sociedade passa necessariamente pela preservação do patrimônio escolar, inserindo, conforme visto anteriormente, os arquivos escolares como parte desse patrimônio.

Os benefícios da aproximação arquivo – escola

A metodologia da Educação Patrimonial pode ser desenvolvida nas escolas, comunidades, associações de bairro, museus, parques ambientais (locais mais observados), ou em “qualquer evidência material ou manifestação da cultura” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), como os arquivos. Fotografias, documentos, prédios históricos, reservas ambientais, monumentos, paisagens naturais, praças, festas e comemorações, rituais, parques ecológicos, por exemplo, são considerados patrimônios culturais.

Observando a necessidade de mudança nos processos de aprendizagem de modo a despertar maior interesse por parte dos alunos, a aplicação da educação patrimonial pode ser um recurso muito útil, trazendo o patrimônio para as salas de aula, bem como levando alunos e educadores para locais de preservação do patrimônio.

Os objetos patrimoniais, os monumentos, sítios e centros históricos, ou o patrimônio imaterial e natural, são um recurso educacional importante, pois permitem a ultrapassagem dos limites de cada área/disciplina e o aprendizado de habilidades e temas que serão importantes para a vida dos alunos. Desta forma, podem ser usados como motivadores para qualquer área do currículo ou para reunir áreas aparentemente distantes no processo ensino/aprendizagem (HORTA, 2005, p. 3).

A própria legislação brasileira aponta para a necessidade da inserção da cultura como princípio para as práticas educacionais, conforme disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e em seu artigo nº 3, item II, dispõe sobre a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”.

Um aspecto que parece merecer atenção no uso da educação patrimonial nas salas de aula é a formação dos educadores, que devem ser mais bem preparados para o uso do patrimônio no processo educacional. Este uso requer um preparo para a troca de conhecimentos entre educadores e educandos.

[...] a educação ou ação cultural para a libertação, em lugar de ser aquela alienante transferência de conhecimento, é autêntico ato de conhecer, em que os educandos – também educadores – como consciências ‘intencionadas’ ao mundo, ou como

corpos conscientes, se inserem com os educadores – educandos também – na busca de novos conhecimentos, como consequência do ato de reconhecer o conhecimento existente (FREIRE, 1984, p. 99).

O patrimônio não é constituído com fins didáticos; o trabalho do educador exigirá o domínio de metodologias adequadas para que possa selecionar e utilizar de modo apropriado as diferentes fontes possíveis para subsidiar o trabalho, dentro e fora de sala de aula, o que fará com que os conhecimentos do educador se ampliem, além da necessidade do trabalho interdisciplinar, como o do arquivista.

A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema (ORIÁ, 2005).

Os benefícios da aplicação da educação patrimonial para o campo educacional podem ser inúmeros. O simples fato de se adotar o uso nas práticas educativas – conforme previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), que incluem a temática da Educação Patrimonial para o Ensino Fundamental – pode promover a revisão dos currículos escolares, o que já deve ser considerado um avanço.

Os arquivos, apesar de pouco utilizados para fins didáticos, também são locais de guarda do patrimônio. Presentes nas próprias escolas, o fato de, na maioria das vezes, serem representados pela secretaria da instituição talvez explique o motivo do pouco uso didático, pois as secretarias representam a parte burocrática da administração escolar. Nesse sentido, percebe-se que outras fontes advindas do cotidiano escolar, que pudessem manifestar a cultura da escola, não são utilizadas como deveriam, sendo atribuída maior ênfase às disciplinas escolares.

Além dos arquivos existentes nas próprias escolas, há instituições arquivísticas, como os arquivos públicos municipais, estaduais e o próprio Arquivo Nacional, que servem para consulta a documentos que podem ser utilizados em sala de aula, ou mesmo serem visitados, levando os alunos aos documentos, proporcionando a educandos e educadores novas experiências, com fontes primárias dos conteúdos dos livros didáticos, agregando ainda mais valor ao processo de aprendizagem.

Em relação aos aspectos patrimoniais, o documento é de suma importância na preservação da memória e da identidade de um povo. Sua preservação é tão importante que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criou, em 1992, o Programa Memória do Mundo, um programa internacional que reconhece o

patrimônio documental como de importância internacional, regional e nacional, e mantendo seus registros, lhe confere uma logomarca que o identifica. Tendo como objetivos principais facilitar a preservação do patrimônio documental mundial mediante as técnicas mais adequadas e o acesso universal ao patrimônio documental, além de criar maior consciência em todo o mundo sobre a existência e a importância do patrimônio documental.

O Brasil é um país de dimensões continentais, que mostra grande diversidade em tudo que representa a história do país e a cultura de seu povo. Essa diversidade gera uma grande “riqueza” patrimonial que pode ser verificada nas construções, nos museus, nas bibliotecas e, por que não, nos arquivos.

No Brasil, a necessidade de preservação do patrimônio cultural, e, como parte deste, o patrimônio documental, também se faz presente. O Ministério da Cultura, por meio da Portaria nº 60, de 13 de julho de 2011, dispõe sobre a Política de Gestão Documental visando a salvaguardar o patrimônio documental, em razão de seu valor de prova, informação e apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico.

A educação patrimonial poderá ajudar a mostrar a importância da preservação do patrimônio, colocando alunos e professores em contato direto com esse patrimônio, despertando interesse por ele e, conseqüentemente, por sua preservação.

O investimento em educação voltada para o reconhecimento do patrimônio cultural de uma comunidade pode ajudar a construir um conjunto de significados para o aluno, que passa a ter um entendimento pessoal do local onde vive.

Nesse sentido, a educação patrimonial busca desmistificar o senso comum, fazendo com que os estudantes, e a comunidade em geral, percebam sua casa, sua escola, seu bairro como patrimônios culturais pertencentes à sua história. Parece ser comum dar valor e significado ao que está distante de nós, e muitas vezes o que está próximo torna-se invisível e não é digno de ser valorizado e preservado. A educação patrimonial pode facilitar a mudança dessa percepção, apontando os valores do patrimônio que nos cerca.

Características do passado que estão presentes no cotidiano mostram parte da história da sociedade que, comumente, só é retratada nos livros didáticos.

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido, podemos falar na “necessidade do passado” para compreendermos melhor o “presente” e projetarmos o “futuro”. O estudo dos remanescentes do passado motiva-nos a compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam, as soluções que encontraram para enfrentar esses problemas e desafios, e a compará-las com as soluções que encontramos para os mesmos problemas (moradia, saneamento, abastecimento de água, etc). Podemos facilmente comparar essas soluções, discutir as causas e

origens dos problemas identificados e projetar as soluções ideais para o futuro, um exercício de consciência crítica e de cidadania (HORTA, 2004, p. 3).

A Educação Patrimonial, como um processo contínuo, é de fundamental importância para a formação da cidadania e para a construção de um vínculo das pessoas com sua cultura, sendo uma ferramenta com grandes possibilidades no desempenho do papel de formar sujeitos conscientes da necessidade de se apropriar e valorizar sua herança cultural.

Segundo Scatamacchia *et alii* (1992), Souza (2001) e Menezes (1984), a educação deve motivar a conscientização e o esclarecimento para a população, apresentado-lhe diretamente os bens culturais, tornando as pessoas cada vez mais capazes de construir novos conhecimentos.

O conteúdo informacional do patrimônio documental vai além do que é transmitido nos processos educacionais convencionais.

Conhecer a própria história é fundamental para a evolução da sociedade na qual se vive; os erros e os acertos cometidos no curso dessa história devem servir de modelo para novas decisões. O conhecimento é primordial para o exercício do papel de cidadão, cumprindo com seus deveres e reivindicando seus direitos.

A memória histórica constitui um fator de identificação humana, é a marca ou o sinal de sua cultura. Reconhecemos nessa memória o que nos distingue e o que nos aproxima. Identificamos a história e os seus acontecimentos mais marcantes, desde os conflitos às iniciativas comuns. E a identidade cultural define o que cada grupo é e o que nos diferencia uns dos outros (BATISTA, 2007, p.29).

Preservando o patrimônio, ajudamos a reconhecer nossa identidade, nossas semelhanças e diferenças diante de outros povos, outros tempos.

O ISERJ e o Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB)

O Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) é uma instituição de ensino que, ao longo dos seus 134 anos de existência, passou por muitas mudanças, seja em sua localização física, seja em sua estrutura de funcionamento ou mesmo em seu nome, pois nem sempre foi conhecido pelo nome atual.

Sua história começou a ser escrita em 1880, quando, em 6 de março, por meio do Decreto Imperial nº 7.684, o ministro do Império Francisco Maria Sodré criou a Escola Normal da Corte, instalada em 5 de abril no edifício do Externato do Imperial Colégio Pedro II, que teve como seu primeiro diretor Benjamim Constant Botelho de Guimarães, e na qual se matricularam meninos e meninas acima de 15 anos, a princípio no turno da noite, a partir das 17 horas, para o curso de formação de professores do ensino primário, que assim funcionou durante o restante do governo imperial.

Em 1888 a escola passou a funcionar no prédio da Escola Politécnica, no Largo de São Francisco, que em 1889, com a mudança de regime de governo, passou a chamar-se

Escola Normal do Distrito Federal, passando também por alterações em suas funções. Posteriormente, foi transferida para as instalações da Escola Técnica Rivadávia Corrêa, onde permaneceu até 1914, quando se mudou para o prédio da Escola José Pedro Varela, no Largo do Estácio.

Em 1901, somente moças passaram a ser admitidas, porque nessa época a formação para o magistério já era predominantemente feminina. Em 1916 foi regularizada a profissionalização dos professores e também criada a Escola de Aplicação, onde os novos professores passariam a lecionar.

Uma escola de tamanha importância no cenário nacional não poderia continuar funcionando sem uma sede própria. Com um projeto idealizado por Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, três grandes educadores da época, em 1930 as normalistas se mudaram às pressas para seu novo e apropriado local, o edifício na Rua Mariz e Barros, que estava sob ameaça de invasão pelas tropas de Getúlio Vargas. Dois anos mais tarde, em 19 de março de 1932, foi assinado o Decreto nº 3.810, que mudou o nome da Escola Normal para Instituto de Educação, dando ao ensino normal o aspecto acadêmico.

Em 1935 foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF), e o Instituto de Educação passou a ser a escola de educação dentro da UDF, como reconhecimento do seu papel de formador de mestres, assim permanecendo até 1939, quando foi extinta.

Durante as décadas de 1940, 50 e 60, o Instituto viveu seu apogeu, quando o ingresso era difícil e a procura era grande, período que chegou a ser retratado, em parte, na minissérie “Anos Dourados”, exibida pela Rede Globo de Televisão em 1986.

Com a justificativa de resgatar o nível de uma instituição que sempre desempenhou papel relevante no cenário educacional do país, em 10 de setembro de 1997, por meio do Decreto nº 23.482, o governador transferiu o Instituto de Educação do Rio de Janeiro para o âmbito da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, que, por ter unidades escolares dedicadas à formação de profissionais, é mais adequada para a retomada de uma preparação de professores de forma digna e compromissada, características indispensáveis para garantir um ensino de qualidade.

Para adequar-se à nova Lei de Diretrizes Básicas da Educação, que prevê a necessidade do curso de complementação pedagógica em nível superior para os profissionais com formação de professor da 1ª à 4ª série, o governador transformou o Instituto de Educação em Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), por meio do Decreto nº 24.338, de 3 de junho de 1998.

Em 18 de setembro de 1998, por meio do Decreto nº 24.665, o governador criou o Colégio de Aplicação (CAP/ISERJ), formado pelos segmentos Educação Infantil (Creche e Pré-Escolar), Ensino Fundamental (da 1ª à 4ª série/ da 5ª à 8ª série) e Ensino Médio (Formação Geral e Informática).

Com um histórico de tamanha importância no cenário nacional, ultrapassando mais de um século, o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) tem um patrimônio valioso para a história de nosso país, patrimônio que merece ser preservado para que a história deste monumento nacional possa ser passada adiante.

O Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB) foi criado em 9 de dezembro de 2005 para reunir, organizar, catalogar e difundir a história do ISERJ desde a sua criação como Escola Normal da Corte, em 1880. Porém, vale ressaltar que até 2012 tinha o nome de Centro de Memória Institucional (CEMI), mas, a partir de discussões entre a comunidade institucional, passou-se a entender que todo o *campus* do ISERJ é um Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB), e foi adotado este nome mais abrangente.

O objetivo do CMEB é conscientizar alunos e professores de que a memória da instituição deve ser preservada, e que, como agentes históricos, eles fazem parte da memória institucional, além de alertar alunos e professores para o fato de ocuparem um prédio histórico, construído para abrigar a Escola Normal.

Possuidor de um acervo que abrange mais de um século da história da Educação, esses arquivos documentais são catalogados obedecendo às diferentes fases pelas quais a instituição passou, contribuindo para a preservação de sua memória e de seu patrimônio. Este acervo é composto de documentos considerados raros pela sua antiguidade e seu conteúdo, sendo de grande importância na história institucional.

Embora suas atividades sejam voltadas para o patrimônio documental e estas serem desempenhadas com muita dedicação pela equipe, faz-se necessária a participação de profissionais da área de documentação, como arquivistas e museólogos, considerando que já há uma bibliotecária na equipe, pois estes agregariam conhecimentos especializados ao trabalho que já vem sendo desempenhado.

A professora Heloisa Helena Meirelles dos Santos descreve mais detalhadamente o acervo do Centro em seu texto “Centro de Memória Institucional: a cultura escolar nos arquivos” (2011), e relata o trabalho de aquisição deste acervo, que, segundo ela, “envolveu busca em todo o espaço geográfico da instituição e o uso da internet para que fosse possível receber doações, digitalizadas ou não, de fora da escola, que enriquecessem o arquivo”.

Seu rico e diversificado acervo ajuda a contar a história institucional por meio de documentos em diversos suportes, que refletem sua cultura escolar. Podem ser encontrados exemplares como trabalhos de alunos, cadernos escolares, material metodológico para o ensino de Biologia, Zoologia e Língua Portuguesa, vidrarias utilizadas nos laboratórios de Física e Química desde a Escola Normal do Distrito Federal (1891), mobiliário antigo, fotografias de visitantes ilustres e autoridades, como o professor Albert Sabin, o escritor Austregésilo de Athayde, os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, além de governadores, prefeitos e ministros, e ainda plantas arquitetônicas, incluindo a do projeto de construção do prédio institucional.

Podemos, ainda, citar como exemplos de documentos que compõem o acervo do Centro de Memória a Ata de Criação da Escola Normal da Corte, Livros de Designação (identificam todos os que trabalharam na instituição), Atas da Congregação de Professores, Livro da Porta datado de 1880 (indica os primeiros alunos matriculados nesta instituição), livros raros, entre tantos outros que se encontram no CMEB, mas ainda carecem de levantamento e registro para serem disponibilizados para pesquisa.

Apesar das dificuldades para o desempenho de suas atividades, o CMEB consegue atender a pesquisadores de diversas instituições, como UERJ, UFRJ, UNICAMP, USP, PUC-RIO e ISERJ, o que nos faz reconhecer a competência de sua equipe.

Considerações finais

A realização de trabalhos de cunho extensionista nos possibilitou a socialização do conhecimento adquirido na universidade, facilitando a disseminação dos saberes não só para os setores sociais, mas como uma via de mão dupla, permitindo à universidade, por meio da prática de extensão, intervir na realidade, de modo que os setores sociais fossem também fontes produtoras de conhecimento para a universidade. Mostrou-se relevante por nos fazer entender que as ações extensionistas entre universidade e sociedade só funcionam se forem fruto de uma ação coletiva. E essa dinâmica se revelou importante, como salienta Vidal (2005), pois nos possibilitou um alargamento da noção de documentos arquivísticos na temática educação patrimonial, de modo a contribuir, por meio de uma interação dialógica, para um (re)pensar acerca da produção de conhecimento.

Com este trabalho, buscamos alertar para a importância do uso da educação patrimonial nos processos educacionais e para a aproximação arquivo-escola, instituições fundamentais, por suas características e atividades, na formação de cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, bem como os benefícios para elas próprias, oriundos desta aproximação, uma vez que a primeira terá maior reconhecimento de seu papel na sociedade e a segunda terá a possibilidade de melhorar seus processos de trabalho, desempenhar a prática educacional de maneira diferente, despertando o interesse do aluno, e preservar a própria memória da instituição.

Verificamos a carência de maior visibilidade dos arquivos perante a sociedade. Embora seja uma área que vem se popularizando, ainda que predominantemente em virtude da quantidade de concursos públicos que despertam interesse por proporcionarem empregos com estabilidade e bons salários, a Arquivologia e os arquivistas carecem de melhorias no tocante ao desempenho de atividades que venham a abranger suas possibilidades de atuação juntamente com os profissionais da área de educação, campo rico em recursos humanos e materiais que ajuda a construir a memória e a identidade de um povo.

O Brasil, graças a uma grande mistura de raças e ao seu imenso território, com dimensões continentais, apresenta uma grande diversidade em seu patrimônio cultural, que traz registros

da história do país que vão além do conteúdo dos livros didáticos. A preservação desse patrimônio, como mostrado no decorrer do trabalho, é fundamental para a manutenção da memória e para a identificação de um povo com sua cultura, seus costumes.

Os arquivos são mantenedores do patrimônio documental da sociedade e, portanto, são os responsáveis pela preservação e pelo acesso às informações contidas nos documentos.

Algumas escolas no Brasil são centenárias; suas histórias, em alguns momentos, se confundem com a própria história do país, e dentre elas foi escolhido o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ. Mesmo citando somente um breve histórico, acredito que alcancei o objetivo de mostrar a importância da preservação do patrimônio dessa escola, que teve um papel de grande destaque na história da educação do estado do Rio de Janeiro e do país.

Com o relevante trabalho que vem sendo desenvolvido no ISERJ, mais precisamente em seu Centro de Memória, onde se encontram vários dos registros existentes sobre sua história, e onde se busca preservar, dar acesso e difundir seu patrimônio precioso.

Por fim, a aproximação entre as instituições educacionais e os arquivos (Instituições Arquivísticas ou Arquivos Escolares), inseridos no processo de formação de cidadãos, é uma ação de promoção cultural, educacional, de preservação do patrimônio e de exercício de cidadania, da qual a própria sociedade pode vir a ser a maior beneficiada.

Referências Bibliográficas

Arquivo Nacional – AN, (Brasil), **Dicionário de Terminologia Arquivística**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em 05 out. 2011.

BATISTA, Cláudio Magalhães. 2005. **Memória e Identidade**: Aspectos Relevantes para o desenvolvimento do Turismo Cultural. Caderno Virtual de Turismo. V. 5 N° 3. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=93&path%5B%5D=88>>. Acesso em 20 nov. 2011.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. “Política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais”. In: **Registro, Indaiatuba** (SP), nº 1, jul. 2002. P. 14-27.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERTOLETTI, E. C. **Arquivo – escaninho das memórias**. Disponível em: <<http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=11716>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

BONATO, N. M. C. **Memória da educação**: preservação de arquivos escolares.

Presença Pedagógica, Belo Horizonte: Editora Dimensão, v. 6, n. 35, set./out.2000.

BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Senado Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.

BRASIL. **Parecer nº 16**, de 04 de novembro de 1997. Normas para a simplificação dos registros e do arquivamento de documentos escolares. Brasília, DF. Conselho Nacional de Educação – CNE. Disponível em: <http://www.fenep.org.br/PARECER_CNE-CP_N_16-1997.pdf> Acesso em 15 nov. 2011.

- BRASIL. **Portaria nº 60 (2011)**. Brasília, DF. Ministério da Cultura – MinC. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/07/Port-60-Institui-Politica-de-Gestao-Documental-no-MinC2.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2011.
- Conselho Internacional de Arquivos - ICA, (Noruega), **Declaração Universal sobre os arquivos**, Oslo, 2010 Disponível em: <<http://www.ica.org/download.php?id=1111>>. Acesso em: 10 jun. 2011.
- Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, (Brasil), **Resolução nº 17**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=68&sid=46>>. Acesso em 10 out. 2011
- COSTA, C. M. L.; FRAIZ, P. M. V. “Acesso à informação nos arquivos brasileiros”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 63-76, 1989.
- FRATINI, Renata. “Educação patrimonial em arquivos”. In: **Histórica - Revista eletrônica do Arquivo Público do estado de São Paulo**, n.34, ano 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/texto05.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2011.
- FREIRE, Luiz Gustavo Lima. “A utilização de documentos manuscritos como instrumentos educativos”. In: **Jornal a Página da Educação**. Porto, junho 2008, ano 17, nº 179, p. 44. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=179&doc=12823&mid=2>>. Acesso em: 20 out. 2011
- FREIRE, Luiz Gustavo Lima. “Difusão educativa em arquivos”. In: **Histórica - Revista eletrônica do Arquivo Público do estado de São Paulo**, n.34, ano 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia06/texto06.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984
- GOMES, Priscila Ribeiro. **Arquivo e Escola: A contribuição da educação patrimonial na tessitura do conhecimento**, Rio de Janeiro: Projeto de Pesquisa – UNIRIO, 2010.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira. *et alii*. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.
- LE GOFF, J. 1996. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino.)
- MARTINS, Maria do Carmo. “Memória, História e Educação (apresentação)”. In: **Cadernos do CEOM**. Ano 21, n. 28, 2008.
- MEDEIROS, R. H. A. “Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento”. In: **Anais do Colóquio do Museu Pedagógico**, 3, Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. “Identidade cultural e arqueologia”. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, p. 33-36, 1984.
- MINAYO, Maria Cecília de S. “Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social”. In: MENEZES, Ulpiano Bezerra de (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 9-29.
- MINAYO, Maria Cecília de S. e SANCHES Odécio. “Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?”. In: **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 09, n. 03, jul/set. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em 03 jun. 2011.
- MOGARRO, M. J. “Arquivos e educação: a construção da memória educativa”. In: **Revista Sísifo**, Lisboa, n. 1, set/dez 2006.
- ORIÁ, Ricardo. **Educação patrimonial: conhecer para preservar**. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>. Acesso em 30 out. 2011.
- POLIT, D. F. e HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em Enfermagem**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- SCATAMACCHIA, M.C.M. *et alii*. A Caverna do Ódio: Um Exemplo de utilização social do sítio arqueológico”. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 1992.

SOUZA, Ana Inês (Org). **Paulo Freire – Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular. 2001.

SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. **CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL: a cultura escolar nos arquivos**. 2011. Disponível em: <http://cemiiserj.blogspot.com/p/centro-de-memoria-institucional-cultura.html>. Acesso em: 10 nov.2011.

SCHWARTZMAN; Simon, BOMENY; Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2000. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit7.htm#N_17_>. Acesso em: 10 nov. 2011.

VIDAL, Diana G. “Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares”. In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (Orgs.) **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr, p.3-30.

Recebido em 08/12/2015

Aprovado em 17/01/2016